

P
WR



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 10/2026



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA
DEZOITO DE MAIO DO ANO
DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.**

----- No dia dezoito de maio do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Dr. Rui Pedro Madeira Vicente, Daniela Lucinda Ferreira Bento Pereira e António José Gaspar Morgado. -----

----- Registou-se a falta da Senhora Vereadora, Dra. Marisa João Palma Ferreira Madeira por motivos pessoais. -----

----- Secretariou: Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município. -----

----- E sendo catorze horas, o Excelentíssimo Senhor Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Bom dia a todos. Sejam bem-vindos à segunda reunião do mês de maio. Esta com alteração devido àquilo que foi a reunião e a presença do Executivo Municipal na Associação Nacional de Municípios Portugueses, que durante o decurso da intervenção do Executivo falaremos o que é que decorreu na mesma, daí a alteração da mesma, uma vez que compete ao Presidente da Câmara a marcação das reuniões de Câmara e a sua alteração com devido protocolo e devida informação aos Vereadores atempadamente.



----- Antes de passar à intervenção do Executivo Autárquico. Começar por cumprimentar os Srs. Chefes de Divisão, funcionários da Autarquia, Srs. Vereadores da Oposição e a todos os nossos munícipes que nos seguem através quer das redes sociais, do site do Município e das gravações que hoje são permitidas, levadas a cabo, com sinal total de transparência e dar cada vez mais visibilidade àquilo que é o trabalho, o debate e o quotidiano da vida do Município de Freixo de Espada à Cinta. --

----- Passamos agora então à atividade do Executivo Autárquico desde a última reunião até à presente data e depois teremos oportunidade de dar a palavra aos Srs. Vereadores da Oposição, se entenderem usar da mesma, no período de antes da ordem do dia. -----

----- Estivemos presentes na II Caminhada de Nossa Senhora dos Montes Ermos, que foi um trajeto fantástico desde a Freguesia de Mazouco até ao Cabecinho e teve uma excelente adesão, mais de 300 pessoas estiveram presentes. Aqui um agradecimento especial a todos os funcionários da Autarquia e da União de Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco, aos Bombeiros Voluntários, a toda a nossa população que aderiu em massa, ao Sr. Presidente da Junta Carlos Madeira e a forma inequívoca como decorreu esta caminhada, com todo o convívio, com toda a amizade e, acima de tudo, estimulando a prática da atividade física, mostrando o que de melhor existe no nosso Concelho e promovendo hábitos saudáveis. -----

----- Dar nota também da reunião que foi levada a cabo no Peso da Régua com o Sr. Ministro da Agricultura, José Manuel Fernandes, também com o Sr. Presidente da IVDP, Prof. Gilberto Igrejas e com o nosso Presidente da Adega Cooperativa José Caldeira Santos. Esta reunião teve vários fatores para serem abordados, mas sobretudo as próximas vindimas que foram abordadas nesta mesma reunião, tal como tudo aquilo que é inerente ao nosso Concelho. -----

----- Dar nota que estivemos presentes em Lamego, através da CIM Douro, sobre aquilo que foi um fórum extremamente importante, e que cada vez mais será temático, que será sobre a cibersegurança e as suas responsabilidades. Estive eu, esteve o Sr. Vice-Presidente a acompanhar-me, a Dra. Carla Victor, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira e o nosso funcionário António Araújo, da parte da informática. O Executivo esteve durante o período da manhã e os funcionários durante o período da tarde. Este tema é extremamente importante, uma vez que vai entrar em vigor, terá que dar entrada até 60 dias após a sua persecução e, acima de tudo, terá as implicações, não só para o Executivo Autárquico com pelouros e sem pelouros, como também para todos os Dirigentes e também



funcionários da Autarquia sobre aquilo que é a divulgação sobre todos os dados relativos ao Município de Freixo de Espada à Cinta. Este fórum e este debate, onde estiveram também presentes entidades externas que tiveram oportunidade de falar sobre o mesmo, tem como principal missão conduzir este processo, que ao início será um processo novo para grande parte de todos os Municípios a nível nacional, mas que pretende ser implementado e que as coimas são bastante pesadas a partir do momento que passe a entrar em vigor. E daí toda a nossa forma de ser e de estar para levar a bom porto e evitar aquilo que já aconteceu no passado, onde tivemos que ir a Tribunal derivado ao anterior Executivo Autárquico sobre a questão do RGPD e também da cibersegurança. Onde havia uma coima de cerca de 10.000,00€ que se conseguiu que a mesma não fosse levada para a frente, levando ao seu arquivamento e, ainda bem que assim foi. Mas, contudo, estamos a trabalhar para que nada disso aconteça com as diferentes entidades e, sobretudo com os nossos serviços internos. -----

----- Dar nota que estivemos presentes em Coimbra, na passada sexta-feira, daí a alteração da reunião de Câmara, onde decorreu a reunião e a Eleição da Secção de Municípios Resilientes, e a sua reunião plenária na Associação Nacional de Municípios Portugueses, na qual Freixo de Espada à Cinta, através do seu Presidente da Câmara, foi eleito Vice-Presidente a nível nacional desta Secção de Municípios Resilientes, que é constituída por 101 Municípios e, desde já agradecer todo o apoio inequívoco que foi dado, quer por a parte de todos os Autarcas do Douro, de Trás-os-Montes e também do Alto Tâmega, mas também de âmbito nacional. Esta Secção pretende, tal como o próprio nome indica, trabalhar tudo aquilo que são os componentes que cada vez mais estão em voga, nomeadamente a Proteção Civil, a Saúde, a questão da Agricultura e também a nova Lei de base das Finanças Locais, onde se pretende que haja uma maior distribuição equitativa por todos os Municípios, entre outros temas que foram lá abordados. Mas, desde já, ficamos extremamente agradados com esta eleição e de ver o nosso nome de Freixo de Espada à Cinta representado ao mais alto nível. -----

----- Dar nota da Calçada de Alpajares, que decorreu também com uma excelente adesão, se calhar a maior adesão de sempre, mais de 600 pessoas estiveram presentes, com um tempo fantástico e uma excelente organização. Aqui uma palavra de apreço aos Bombeiros Voluntários, a todos os funcionários da Autarquia, aos funcionários da Junta de Freguesia de Poiares, à população que aderiu em massa, a todos aqueles que visitaram o Concelho durante este fim-de-semana e, sobretudo, Alpajares é já uma



caminhada de âmbito nacional e internacional e que está já na rota daquilo que são as caminhadas. Uma excelente organização, que foi parabenizada por todos os presentes e que pretende, ano após ano, cimentar-se e mostrar aquilo que de melhor se faz, quer no nosso território e quer a nível nacional. Relembrar também que a Calçada de Alpajares, se conseguiu já com este Executivo, que a mesma fizesse parte e faz parte dos Caminhos de Santiago de Leon de Rosmithal, que é cada vez mais um eixo no turismo religioso no que às caminhadas diz respeito. -----

----- Dar nota que estivemos presentes também em Santa Ana, na Festa de Santa Ana em Mazouco, onde a convite da Comissão de Festas tivemos todo o gosto em estar presentes, preservando esta tradição que já leva muitos anos, feita num local simbólico também de Mazouco e onde teve uma excelente adesão, se calhar a maior adesão de sempre de que há memória numa Santa Ana, mais de 200 pessoas estiveram presentes nesta celebração. Aqui uma palavra de apreço também ao Grupo Coral que veio acompanhar também a Missa, neste caso de Fânzeres, de Gondomar e que marcaram presença também, uma vez que vieram à Calçada de Alpajares e fizeram a hombridade de estar presentes também em Santa Ana, Mazouco. Aqui uma palavra de apreço a toda a Comissão de Festas de Mazouco, à população e a todos os mazouqueiros que aderiram em massa. -----

----- Dar nota sobre o Encontro de Futebol que decorreu em Moncorvo e tem a palavra o Vice-Presidente para falar sobre o mesmo. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Bom dia a todos. A realização do Encontro de Petizes e Traquinas organizada pela Associação de Futebol de Bragança e o Grupo Desportivo de Moncorvo. Freixo de Espada à Cinta esteve presente com os escalões Petizes e Traquinas e o Município fez questão de estar a acompanhar esta atividade durante a manhã de ontem. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem e marcará presença novamente nos próximos Encontros que estão já também estabelecidos, não só lá, mas também aqui no nosso Concelho. Como é o caso do Freixo Cup, que trará milhares de pessoas ao



nosso Concelho em duas edições, prevê-se numa edição 1.400 a 1.600 pessoas diretamente e noutra mais 1.400 a 1.600. -----

----- Dar também nota sobre alguns dados relativos àquilo que é o turismo de Freixo e à cultura, sobre, do último ano de 2025, a visita aos nossos Museus e todo o incremento que foi levado a cabo. Aqui uma palavra de apreço a toda a parte da cultura do Município de Freixo de Espada à Cinta e aos seus funcionários e a forma dedicada, como temos levado a bom porto, estes números que são extraordinários. Totalizando no ano de 2025, visitaram o Museu da Seda e do Território, Casa de Junqueiro Velho, Casa do Poeta e Convento de São Filipe Nery, o total de 8.149 pessoas ao longo do ano de 2025, a nível de nacionais 4.646 e a nível de estrangeiros 3.503. Já no presente ano, nos primeiros quatro meses do ano, temos também já números que nos envaidecem e que mostram que estamos no caminho certo. Já visitaram Freixo de Espada à Cinta e os nossos Museus, em janeiro, fevereiro, março e abril, 2.465 pessoas, sendo o mês de abril com uma forte adesão que foi 1.029 pessoas durante o mês de abril, o que mostra bem que Freixo é cada vez mais um local apetecível para ser visitado. -----

----- E antes de passar aos Srs. Vereadores da Oposição, não sei se o Sr. Vice-Presidente quer fazer a sua intervenção? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Se faz favor. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem, tem a palavra e depois passaremos, sim, aos Srs. Vereadores da Oposição, se quiserem usar da palavra, claro. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Ora, mais uma vez, bom dia a todos. Gostaria de esclarecer e clarificar algumas insinuações e acusações proferidas pela Sra. Vereadora Daniela Bento, à minha pessoa, no ponto “Retificação de posicionamento remuneratório – Mobilidade entre carreiras (4 Assistentes Técnicos para

Técnico Superior) ocorrida em 2019”, discutida na última reunião de Câmara. A Sra. Vereadora Daniela Bento tentou passar a imagem de que teria sido eu, na qualidade de Vice-Presidente, a reclamar o posicionamento dos quatro funcionários. Sra. Vereadora lamentou informá-la, mas não fui eu, mas sim, os serviços detetaram esse erro. Relembro-me que, neste mandato estou como Vice-Presidente, mas no anterior estive como Vereador a tempo inteiro. Por isso, se tivesse conhecimento do erro, já o teria comunicado eu aos serviços. Depois, a Sra. Vereadora Daniela tentou ainda passar a imagem que este processo só se referia ao Vice-Presidente Pedro Vicente, descrevendo o meu currículo profissional, o meu vencimento enquanto Assistente Técnico e Técnico Superior. A Sra. Vereadora deve ter alguma obsessão com o meu nome, o que me leva a pensar que ainda não digeriu os últimos resultados autárquicos, na Freguesia de onde é natural. Mas relembro-lhe também que o que está aqui em causa não é o Vice-Presidente, mas sim quatro funcionários do Município, que segundo o parecer da CCDR, que diz, “Sob o disposto nesta norma, esta CCDR considera em obediência à interpretação sistemática e aos princípios da igualdade e da razoabilidade, que a mobilidade intercarreiras para a carreira Técnico Superior de um Licenciado determina que o trabalhador seja remunerado pela 2.ª posição remuneratória daquela carreira. Só assim não é, se de acordo com o prescrito no citado n.º 2 do artigo 153, a 2.ª posição remuneratória da carreira Técnico Superior for inferior à que o trabalhador auferia na carreira de origem”. Logo, após o cálculo e a diferença das duas posições remuneratórias num período de mobilidade que são oito meses, o valor que está aqui em causa de direito dos quatro funcionários conforme parecer da CCDR, depois de efetuados os devidos descontos, rondará os mil e poucos euros e não o que a Sra. Vereadora tentou dar a entender. A Sra. Vereadora acusou-me, e está em Ata, de usar o cargo de Vice-Presidente para resolver situações particulares, tentando pôr em causa o meu profissionalismo nesta casa ao longo dos anos, onde tenho o maior orgulho de ter passado por várias etapas desde Auxiliar Técnico de Campismo, Assistente Técnico, Técnico Superior, Vereador e agora Vice-Presidente, e não lhe admito que ponha em causa o meu brio profissional enquanto funcionário, nem tão pouco enquanto político e Vice-Presidente desta Autarquia, a minha honestidade, a minha idoneidade e, acima de tudo, a minha seriedade para com os nossos munícipes e, sobretudo, para com a minha família e os meus amigos. Porque lembro-lhe, Sra. Vereadora, além de ser Vice-Presidente, sou pai, marido e filho. E, perante estas acusações, quero dizer-lhe que vou entrar



com uma ação em Tribunal, onde terá de provar tais acusações. Mas mais Sra. Vereadora, já que a Senhora descreve o meu percurso nesta casa, gostaria de lhe fazer algumas questões sobre o seu. Daniela Lucinda Ferreira Bento Pereira entrou nesta Autarquia em 2011, num contrato por tempo determinado, na altura com o Pres. José Santos. Terminado esse contrato, em dezembro de 2014, já com a Pres. Maria do Céu Quintas teve uma prestação de serviços para Aquisição de Serviços de Geografia, por um período de 365 dias, ou seja, um ano, que terminou em dezembro de 2015. Terminada esta prestação, a Daniela continuou a faturar ao Município, de janeiro de 2016 a abril de 2017, a módica quantia de 1.200,00€ mais IVA, sem que tivesse havido um contrato ou prestação associado a esse montante e sem que consigamos perceber que serviço estava a prestar a este Município. E mais, em maio de 2016, a Daniela Bento, além de faturar os 1.200,00€ mais IVA mensais, de um serviço que não conseguimos saber, porque não tem qualquer contrato afeto a esse valor, ainda faturou 4.800,00€ mais IVA de um serviço que passo a descrevê-lo, “equipa de acompanhamento de revisão do PDM” e “levantamento arquitetónico da Igreja da Misericórdia”. Relativamente ao PDM, que trabalho desenvolveu? Uma vez que a Câmara Municipal já tinha um contrato de revisão do PDM com a firma INPLENITUS, desde 2015, no valor de 65.000,00€ e no contrato nada menciona que o Município teria de ter uma equipa de acompanhamento. Em relação ao levantamento arquitetónico da Igreja da Misericórdia, relembro que quem fez este projeto foi a Direção Regional da Cultura e a si não reconheço habilitações literárias para fazer esse trabalho. Mas mesmo assim, questioneei o anterior e o novo Chefe de Divisão de Obras se teriam conhecimento destes dois serviços, o que me foi dito é que não tinham qualquer conhecimento. Posto isto, Sra. Vereadora, convido-a a justificar as mencionadas faturas de serviço no cumprimento da transparência que tanto exige aos outros e que também devia praticar. Obrigado. -----

**----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----**

----- Muito bem. Não sei se querem usar da palavra os Srs. Vereadores? Muito bem. Quem é que disse primeiro? Tem a palavra a Sra. Vereadora, força. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Bom dia a todos os presentes. Sr. Vice-Presidente, muito bem lá nos encontramos então em Tribunal, peço-lhe então que peça aos serviços que façam uma revisão interna e apure os factos em relação a esse assunto. Ora, cá estamos mais uma vez na reunião realizada numa data que não consta da calendarização anteriormente aprovada, muito bem Srs. membros do Executivo, não sei sinceramente o que esta situação reflete, se uma birra, se um gozo ou se é esta a ideia de transparência e respeito institucional que se pretende transmitir. Depois de ouvir a gravação da última reunião de Câmara, fico cada vez mais elucidada sobre aquilo que infelizmente é a sua transparência, perder tempo na edição do vídeo da reunião de Câmara. Aquilo que parece preocupar Vossa Excelência não é propriamente a transparência dos trabalhos desta Câmara, mas sim a imagem que passa cá para fora. No ponto relativo à retificação do posicionamento remuneratório, o seu tom de voz alterou-se de forma bastante evidente, era perfeitamente audível até para quem estava fora do Salão Nobre. No entanto, na gravação disponibilizada ao público, o volume do seu microfone surge claramente reduzido. Da mesma forma, durante a leitura da minha declaração de voto, existem interferências precisamente em determinadas palavras, o que levanta sérias dúvidas sobre a integridade da gravação divulgada. Não me venha responder com histórias do passado, sobre Atas apagadas, nem utilizar como escudo o profissionalismo dos funcionários afetos a este serviço. Eu confio plenamente no profissionalismo destes trabalhadores. Quem não confia neles é Vossa Excelência que os mantém numa situação de precariedade, precisamente numa situação que tanto criticava e convínhamos que quem grava acaba sempre por servir os interesses de quem paga, sobre isso não tenho dúvidas. Por esse motivo, vou voltar a ler aqui a minha declaração de voto contra e peço-lhe que desta vez esta parte não volte a ser editada na gravação disponibilizada à população. “A Vereadora Daniela Bento Pereira declara o seu voto contra relativamente ao ponto da retificação do posicionamento remuneratório da ordem de trabalhos. O presente voto não se dirige aos funcionários envolvidos, nem põe em causa a necessidade eventual de regularização. Eu entendo que a fundamentação do Executivo não se encontra devidamente sustentada em base legal. Acresce que a situação em causa remonta ao ano de 2019, não tendo até à presente data sido apresentada qualquer reclamação por parte dos funcionários envolvidos. Circunstância que reforça as reservas quanto à



oportunidade e fundamentação da proposta agora apresentada. Mais se considera que, estando o Sr. Vice-Presidente diretamente implicado na matéria em apreciação, deveriam ter sido asseguradas especiais cautelas de transparência e afastamento de qualquer potencial conflito de interesses, de modo a salvaguardar a imparcialidade e credibilidade da decisão. Na minha interpretação da Lei, os funcionários em 2019 foram corretamente posicionados, quer na mobilidade, quer na consolidação”. Passando a outro assunto, quero também deixar registada a falta de transparência relativa ao acesso a documentação administrativa. Solicitei uma consulta no dia 20 de fevereiro e apenas me foi dada a oportunidade de consultar o processo no dia 13 de maio. Estamos a falar de quase três meses de espera para aceder a um processo que deveria estar disponível em tempo útil, quando estão em causa funções de fiscalização, acompanhamento e análise responsável de assuntos da Câmara. Quando dia 13, cheguei a essa consulta, depois de três meses de espera, deparei-me com uma mão cheia de nada. Refiro-me ao processo da CLDS 5G, um processo incompleto e com deficit de documentos. Afinal, para que foram três meses, se não me foi facultada a informação. Isto não é transparência, não é colaboração institucional e muito menos respeito pelos eleitos locais. Pergunto, o porquê disto? E afinal não está tudo dentro da legalidade como tanto apregoam. Do que é que têm medo ao ponto de não mostrar a documentação completa? Quando solicito acesso a um processo, solicito acesso ao processo integral, não apenas a uma parte inicial de uma candidatura. Ainda por cima quando o programa CLDS 5G já se encontra em execução. Importa recordar que o acesso à informação administrativa não é um favor concedido pela Câmara, é um direito de quem exerce funções de fiscalização e representação pública. Por esse motivo, entrego hoje novo requerimento solicitando acesso a pontos específicos relacionados com o programa CLDS 5G, esperando que desta vez exista verdadeira transparência e colaboração institucional, sem atrasos significativos, nem omissão de documentos. É só por agora e vou entregar um requerimento. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Entrega no final, quando terminarmos, no final entrega o requerimento. Muito bem. Sr. Vereador mencionou que queria usar da palavra, correto? -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Sim. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Força Sr. Vereador. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Excelentíssimo Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. Vereadora, Chefes de Divisão e da Unidade Orgânica, caros colegas e colaboradores do Município. Neste período gostaria de deixar uma sugestão relativamente ao período de antes da ordem do dia. Tenho verificado que uma parte significativa deste período é ocupada por uma intervenção inicial do Sr. Presidente, descrevendo a sua atividade diária, reuniões e deslocações realizadas no exercício das suas funções. Naturalmente, reconheço a importância de dar conhecimento da atividade municipal desenvolvida pelo Executivo em regime de permanência. Contudo, essa prática acaba por reduzir substancialmente o tempo disponível para aquilo que deveria ser o principal objetivo deste período, discutir assuntos gerais, de interesse autárquico, que não carecem de deliberação, apresentar comunicados e emitir votos de pesar ou de louvor, entre outras coisas. Na prática, grande parte do período de antes da ordem do dia acaba por ser ocupado pelo Executivo, ficando um tempo bastante mais reduzido para a intervenção da Oposição, o que cria um desequilíbrio evidente na utilização deste espaço de debate. Além disso, tenho verificado que, quando o período regulamentar previsto já foi ultrapassado, situação que muitas vezes decorre precisamente da longa intervenção inicial do Sr. Presidente, surgem frequentemente referências de que o tempo já terminou, embora ainda seja dada a palavra. Confesso que essa formulação transmite a ideia de que o exercício do direito de intervenção por parte da Oposição depende de uma tolerância ou concessão, quando na realidade estamos num legítimo exercício das nossas funções enquanto eleitos locais. Também tenho sentido que em algumas situações, apesar de não serem dadas respostas claras e objetivas às questões colocadas, nem sempre existe abertura para



uma nova intervenção destinada apenas ao esclarecimento do que ficou por responder. Admito que se possa tratar apenas de uma perceção pessoal, mas considero importante referi-lo. Assim, deixo uma sugestão construtiva, criar um ponto próprio na ordem do dia destinado à apresentação da atividade municipal desenvolvida pelo Executivo em regime de permanência. Dessa forma, o período de antes da ordem do dia ficaria mais disponível para aquilo que deve ser o seu verdadeiro propósito, o debate plural, a fiscalização democrática e a discussão de assuntos relevantes para o Concelho. Posto isto, volto novamente às questões que ficaram sem resposta na última reunião de Câmara. Qual foi o valor gasto em aluguer de máquinas de rasto no dia de incêndio? Qual o valor gasto em 2025 na prevenção de incêndios, nomeadamente em serviços de limpeza de mato? Relativamente à máquina de rasto, já foi referido que a mesma se encontra no Estaleiro, contudo questiono se não deveria estar atualmente a executar aceiros e corta-fogos, contribuindo para a prevenção e mitigação do risco de incêndio? Qual foi o custo total da participação do Município na feira de Nanterre? Até ao momento apenas foi referido um valor de inscrição no montante de 1.800,00€, sem esclarecimento relativamente aos tantos custos associados, nomeadamente transporte, deslocações, estadias ou aquisição de produtos endógenos destinados à venda na própria feira. Qual o valor total da receita obtida com a venda dos produtos endógenos nessa feira? Quantas pessoas entraram ao serviço do Município após a tomada de posse deste Executivo através de prestação de serviços, seja à jorna, avença ou contrato de prestação de serviços? Também falou-se na última reunião de uma Unidade de Saúde Familiar, pedia-lhe ao Sr. Presidente para explicar aos cidadãos em que consiste a Unidade de Saúde Familiar? Que tipo de serviço é? Com o que podem os freixenistas contar desta Unidade? E qual o modelo que será adotado para Freixo de Espada à Cinta? Por último, e tendo em conta que na última reunião de Câmara falou num ranking de transparência municipal, onde o nosso Município se encontra entre o lugar 120.º e 150.º, perguntava-lhe como posso ter acesso a essa informação? Uma vez que, apesar da pesquisa que efetuei, não consegui encontrar. Relativamente às intervenções feitas pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vice-Presidente, só aqui dois apontamentos que gostaria de fazer, três, peço desculpa. O primeiro, relativamente à eleição dos Municípios Resilientes, dar os parabéns ao Município na pessoa do Sr. Presidente pela sua eleição. Relativamente à cibersegurança, e visto que falou aí na questão dos Vereadores também da Oposição, que teriam algumas obrigações, gostaria de que depois também nos pudesse fazer chegar informação sobre quais as

un



nossas informações. E também, falou numa coima de 10.000,00€ do anterior Executivo, julgo, não sei a que é que se refere? Se pudesse esclarecer, também gostaria. Da intervenção do Sr. Vice-Presidente, eu só pedia o parecer da CCDR relativamente àquilo que falou, se for possível conceder. Com isto, apenas estou a insistir em obter esclarecimentos objetivos, situação que ainda não vi verificada. Tenho dito. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem. Eu passarei já a dar respostas às vossas afirmações e algumas questões sobre aquilo que elencaram, com toda a total transparência, só aqui alguns pontos. Sobre as afirmações da Sra. Vereadora Daniela Bento relativamente ao Vice-Presidente, saberá depois o que é que quer, ou não quer responder, porque não respondeu a nada daquilo que foi questionado relativamente aos montantes que foram aqui enunciados, até para esclarecimento da população e dos nossos municípios sobre aquilo que foi aqui elencado, por uma questão total de transparência. Uma vez que o processo da Misericórdia é público, também pode consultá-lo e verificar que o seu nome, em nenhum momento, consta desse mesmo processo. -----

----- Sobre a questão da reunião realizada numa data que não consta nas datas devidamente aprovadas, dar-lhe aqui também nota sobre aquilo que diz o nosso Regimento. Nós tivemos o cuidado de alertar atempadamente segundo aquilo que é o cumprimento da Lei e também do nosso Regimento, quer através dos nossos serviços da Autarquia, via telefone, via email e segundo sei protocolo, protocolo não, via email, o procedimento normal, o protocolo daquilo que é o procedimento normal, via email e via telefone sobre a alteração da reunião. O nosso Regimento da Câmara Municipal diz precisamente o seguinte no ponto 2 “ (Convocação e Agenda das Reuniões), Cabe ao Presidente da Câmara, além de outras funções que lhe estejam atribuídas, convocar, abrir e encerrar as reuniões, estabelecer, distribuir e organizar a Ordem do Dia, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações”. E ainda, para mais informação dar também nota do seguinte, reuniões ordinárias só aqui um ponto que é para que fiquemos todos elucidados, “Em Portugal compete exclusivamente ao Presidente da Câmara Municipal convocar reuniões de Câmara tanto ordinárias como extraordinárias e proceder a qualquer alteração da convocatória com a mudança de dia ou hora. O processo e



regras de convocação e alteração funcionam da seguinte forma: reuniões ordinárias não necessitam de convocatória individual a cada secção, uma vez que o dia e a hora são previamente afixados no calendário anual aprovado pela Câmara. No entanto, se o Presidente precisar de alterar o dia ou a hora destas reuniões, essas alterações têm de ser comunicadas formalmente a todos os membros através de carta com aviso de receção, ou através de protocolo”. Tal como aquilo que nós temos estado aqui a levar a cabo e, também dar nota do seguinte, além do Regimento dizer tudo aquilo que é, eu tive o cuidado, quer na anterior reunião e quer nesta reunião, de frisar precisamente qual era o motivo da alteração da reunião, porque é de carácter profissional e de acordo com aquilo que é o estrito cumprimento das funções do Autarca eleito nas últimas eleições para alteração da reunião de Câmara. Dar também nota do seguinte, as reuniões de Câmara compete ao Presidente da Câmara a sua marcação. Dar nota que tivemos sempre o cuidado de as mesmas, apesar de o nosso Regimento que devem ser nomeadamente à sexta-feira, dar nota que as mesmas, sempre que há alterações os Srs. Vereadores são previamente avisados, quer via telefone e quer via email, que é o protocolo estabelecido desde o início para que tenham antecipadamente conhecimento do mesmo e é aquilo que tem sido feito. Até porque há o cuidado de telefonar pessoalmente para cada um de vocês e, por muito que não goste de falar do passado, eu recorde-me bem no passado que as reuniões, exatamente o Regimento era à sexta-feira e eram alteradas porque sim, quer à terça, à quarta, à quinta sem nenhuma justificação que nos era dada sobre aquilo que era a sua alteração. Aliás, a justificação foi apenas e só, passaram a ser alteradas a partir do momento que o Vereador da Oposição entre 2017/2021 assumiu funções no Governo da República e onde queriam colocar à terça, à quarta, à quinta-feira e à hora que bem entendia o anterior Executivo Autárquico. Pois bem, não é nada disso que estamos a fazer, por norma as reuniões de Câmara são sempre à sexta-feira e sempre que houver necessidade de alterar a mesma será previamente comunicado, cumprindo com aquilo que está estritamente regulamentado. -----

----- Depois dar nota do seguinte, Sra. Vereadora teceu aí algumas acusações que são graves, nada que nos surpreenda, normal. Eu pedia-lhe é que não tecesse nenhum comentário enquanto estamos a falar para todos ficarmos elucidados, completamente esclarecidos sobre a sua intervenção e também, sobretudo os nossos munícipes que é por eles que aqui estamos. Deu nota que a reunião de Câmara foi realizada numa data que não consta da data devidamente aprovada. Já aqui foi explicado. A Sra. Vereadora

we R



afirma aí perder tempo na edição da reunião de Câmara, ou seja, que nós é que estaremos a editar a reunião de Câmara. Oh Sra. Vereadora, eu quero-lhe aqui transmitir que as reuniões de Câmara e os vídeos quer da Câmara e quer da Assembleia, compete exclusivamente aos serviços municipais, nos quais temos a maior confiança e quer também pelos serviços externos ao nosso Município, que fazem um trabalho de excelência e aquilo que fazem é colocar na íntegra, firmo, na íntegra e torno a repetir na íntegra, tudo aquilo que acontece desde que se dá início à reunião até ao término da reunião. E não Sra. Vereadora, não se manda aqui alterar o tom de voz do microfone, nem subir a edição por ser o seu tom de voz, ou o meu tom de voz, ou o do Vice, ou do Vereador, ou do público presente, bem pelo contrário, isso é completamente despropositado, descabido e que não faz nenhum sentido. E só a si cabe saber a intervenção que proferiu na última reunião se alterou ou não alterou o seu tom de voz, isso compete-lhe a si. Tal como compete a cada um de nós saber se alteramos ou não alteramos o tom de voz e sobre o meu microfone, o meu microfone está precisamente sempre colocado na lapela aqui no meu casaco e não sobe, nem baixa o tom de voz, bem pelo contrário. E aquilo que no tom de voz mantemos é, sobretudo transmitir total transparência e aqui não se apagam gravações de reuniões de Câmara, nem tão pouco se apagam Atas, bem pelo contrário. É tudo colocado na íntegra para que todos tenham acesso à informação e a tudo aquilo que é debatido, clarificado aqui em sede de reunião de Câmara, que é o local próprio para esclarecer. -----

----- Depois fala sobre manter os funcionários em precariedade. Já falámos sobre este tema diversas vezes, tornaremos a falar sem prejuízo de novamente elucidar. Quem começou com a precariedade precisamente com os funcionários, foi o anterior Executivo Autárquico e em 100% dos mesmos, 85 a 90% não tinha contrato de trabalho, estavam sim a ser remunerados ao dia e muitos deles sem nenhuma justificação. Aliás, prova viva disso foi precisamente na intervenção do Sr. Vice-Presidente quando falou do seu caso em específico, aquando de funcionária da Autarquia como prestadora de serviço, sem justificação daquilo que seria o seu vencimento e que recebeu montante por tal. Depois dar-lhe nota que aquilo que temos feito é precisamente, colocar todos os prestadores de serviço em situação de contrato, nomeadamente de dois anos cada. Foi também já negociado com o FAM para que, por cada duas saídas, uma entrada, nos dois primeiros anos e nos anos subsequentes por cada saída, uma entrada. E também já afirmámos na anterior reunião de Câmara que aquilo que iremos fazer, ao contrário do passado, é que os lugares para o Quadro quando



RP
NR

forem abertos têm efetivamente autorização do Tribunal de Contas, autorização das entidades competentes e que podem ser levados a cabo. Também já afirmámos, na última reunião de Câmara, que não iremos abrir lugares para o Quadro 20/30/40 tudo ao mesmo tempo, porque não iremos fazer isso. Iremos sim fazer de acordo com aquilo que são as autorizações e que serão 5/6 mediante aquilo que for negociado ano após ano e também já afirmámos que em 2026 iremos proceder ao longo do ano à abertura de concursos para o Quadro em determinadas áreas específicas. O que eu lamento, é que haja funcionários que hoje estão no Quadro, que estão sujeitos a poder sair derivado ao processo que foi levado a cabo pelo anterior Executivo Autárquico e que não acautelou nada daquilo que seria o espetável. E lamento mais que, o anterior Executivo Autárquico, tenha tentado abrir lugares para o Quadro, sem o poder fazer, mas, a seu tempo se saberá o desfecho disso mesmo. -----

----- Depois sobre as suas afirmações relativamente à sua declaração de voto, tornou aí a referi-la, recordo-lhe que está no período de antes da ordem do dia, mas quer usar o seu tempo para uma declaração de voto que já tinha sido levada a cabo. Dizer que foi editada, é só ofensivo e coloca em causa o profissionalismo e brio de todos os funcionários desta casa, desta Autarquia, naquilo que é o estritamente correto, quer na gravação e quer também na declaração que está em Ata, que será aprovada posteriormente, está precisamente *ipsis verbis* daquilo que a Sra. Vereadora proferiu, quer na Ata e quer na gravação. E não, em nenhum momento foi nada editado, bem pelo contrário, porque trabalhamos com seriedade, é aquilo que nós fazemos aqui na Autarquia e confio totalmente nos serviços da Autarquia, quer aqueles que estão com a redação das Atas e quer aqueles que estão com a edição das reuniões de Câmara. Torno a referir, colocam a edição da reunião de Câmara na totalidade, desde que começa até ao seu término. ----

----- Depois, falta de transparência relativamente ao acesso ao processo. Sra. Vereadora, primeiro que tudo, todos os processos para serem consultados na Autarquia, devem ser fundamentados, a que é que se destinam, a que é que não se destinam e qual o seu fim, para o que é que são usados. Foi-lhe dado precisamente o acesso ao processo daquilo que pediu para ser consultado. Também lhe recordo que teve o tempo que quis a consultar o processo, acompanhada pela Chefe de Divisão Dra. Carla Victor e não é correto da sua parte insinuar que não lhe foi dado o acesso ao processo, bem pelo contrário. Aliás, a Dra. Carla Victor transmitiu-me precisamente que todas as informações relativamente ao seu pedido elaborado, que foram concedidas todas as respostas efetuadas. Mas,



contudo, a Sra. Vereadora diz que se deparou com uma mão cheia de nada, um processo incompleto relativamente ao CLDS. Quero alertar a Sra. Vereadora que o CLDS já está em curso, aprovado pelas entidades competentes que é quem pode ou não pode aprovar, não é a Sra. Vereadora, quem decide o financiamento sobre aquilo que é o CLDS. Uma candidatura que foi levada a cabo com máximo brio e profissionalismo, quer pelos serviços da Autarquia, com a liderança do Sr. Vice-Presidente, tendo sido assegurado o estrito cumprimento da Lei relativamente ao acesso à informação disponibilizada pela Dra. Carla Victor. Aliás, para ter a explicação ainda mais cabal, vou passar a palavra à Sra. Chefe de Divisão, Dra. Carla Victor para, só e apenas, falar sobre aquilo que deu acesso à Vereadora Daniela Bento, cumprindo aquilo que estava estipulado. Tem a palavra a Dra. Carla Victor. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- Bom dia, antes de mais. Recebi a Dra. Daniela no dia 13, tal como estava acordado, disponibilizei-lhe o plano do CLDS 5G, que teve oportunidade de consultar e ocupar o tempo que entendeu. Também lhe disponibilizei informação sobre os procedimentos que estão publicados no base.gov e inclusive, dei-lhe informações de como poderia obter informação, contratos, através do base.gov que está disponível para todos. Entretanto, a Vereadora referiu que faltava o CLAS, comunicações da segurança social, efetivamente eu consultei o requerimento e o que era pedido era o plano do CLDS. Além disso, foi comunicado à Vereadora que em futuros requerimentos devem ser fundamentados, efetivamente são Vereadores têm direito à informação, mas devidamente fundamentada e essa deve ser utilizada para fins adequados, não pode ser utilizada em redes sociais, partilhas indevidas e afins. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem Sra. Chefe de Divisão. Mais uma vez fica aqui o cabal esclarecimento e sobre a candidatura do CLDS tem a palavra o Sr. Vice-Presidente para falar sobre a mesma, sobre o que é o normal estrito cumprimento daquilo que são as candidaturas nesta Autarquia e aquilo que tem sido o seu desfecho. Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Relativamente à candidatura do CLDS. O plano de atividades foi aprovado pelo CLAS, a candidatura foi aprovada, submetida no balcão e está aprovada. Já recebemos o 1.º pedido de adiantamento e já está carregada a despesa relativamente ao ano de 2015. O CLDS funciona, um bocadinho como o Radar Social, na questão de pedidos de pagamentos têm de ser semestrais, mas está um processo normal como as candidaturas todas do Fundo Social Europeu. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Sobre o CLDS estamos clarificados e sobre tudo aquilo que foi dado acesso à Sra. Vereadora Daniela Bento foi cumprido escrupulosamente aquilo que foi solicitado no requerimento. -----

----- Sobre o que irá entregar no final, cabe-lhe apenas a si e só a si, nós iremos registar e iremos aceitar, como é óbvio. Depois haverá análise e fundamentação, se cabe ou não cabe para ser depois deliberado para ter acesso ou não àquilo que vem, efetivamente requerer. -----

----- Muito bem e sobre a transparência, já aqui referi. -----

----- Sobre o Sr. Vereador António Morgado, verifica que o período de antes da ordem do dia o tempo é ocupado por parte do Executivo. Dar-lhe aqui nota só ao Sr. Vereador, nós temos cumprido com aquilo que é o período de antes da ordem do dia de acordo com o que diz o nosso Regimento, nós temos cumprido escrupulosamente, eu tenho tido o cuidado juntamente com a Sra. Chefe de Divisão que monitoriza os tempos e alerta sempre sobre os tempos, se estão ou não estão a ser cumpridos. Eu recordo aqui o artigo 5.º, que é o “Período de Antes da Ordem do Dia. Nas reuniões ordinárias haverá um período de “Antes da Ordem do Dia”, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. Nas reuniões privadas, o período de “antes da ordem do dia” poderá ser prorrogado por mais 30 minutos, por deliberação específica do Executivo”. Aquilo que eu tenho levado a cabo sempre enquanto Presidente da Câmara, e na minha ausência o Sr. Vice-Presidente, é que os 60 minutos sejam distribuídos equitativamente 30 minutos para nós, Executivo, e 30 minutos para os Vereadores da Oposição e é aquilo que está a ser levado a



cabo. Quando efetivamente o tempo, passa de uma hora, nunca foi proibido que pudessem usar da palavra, no tempo posteriormente a seguir. E sim, aquilo que fazemos é falar sobre a atividade do Município e todos os temas que consideramos pertinentes para levar a bom porto sobre aquilo que é a execução de todas as atividades que são levadas a cabo quer no nosso Concelho, quer fora do nosso Concelho, para dar conhecimento à nossa população. Dar-lhe só aqui mais uma nota, e sobre o desequilíbrio do tempo está completamente clarificado, que não existe desequilíbrio do tempo, nós temos o cuidado de ser equitativos e dar exatamente a mesma oportunidade. -----

----- Sobre a sugestão que deixa. Registamos e acolhemos a sua sugestão, mas iremos cumprir com aquilo que é o Regimento e aquilo que está aprovado, tendo sempre o cuidado de os Srs. Vereadores da Oposição tenham o tempo que lhes corresponde, que é neste caso os 30 minutos no período de antes da ordem do dia e 30 minutos também, neste caso o Executivo Autárquico. -----

----- Sobre a questão de votos de pesar e de louvor, não ser no período de antes da ordem do dia. Nós entendemos, isto é o nosso entendimento. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Não foi isso que eu disse. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Sobre as questões. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Desculpe, interrompê-lo, mas não foi isso que eu disse. Eu disse que deveriam ser no período de antes da ordem do dia também, que é para isso que serve. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----



----- Mas eu ia terminar Sr. Vereador, pedia-lhe só que não me interrompesse, que eu também não interrompi durante a sua intervenção. Aquilo que eu estou aqui a referir, sobre as questões de voto de pesar e voto de louvor. Aquilo que nós entendemos enquanto Executivo é que o devemos fazer antes do período de antes da ordem do dia para ser levado a cabo e não no período da ordem do dia. E é aquilo que continuaremos a fazer, esperemos que votos de louvor que haja muitos e votos de pesar que haja poucos, efetivamente. -----

----- Sobre o trabalho da máquina de rastos, já aqui foi referido onde é que a mesma se encontra e o trabalho que é levado a cabo pelos nossos Encarregados e, sobretudo aquilo que é levado a bom porto. (Eu pedia à Sra. Vereadora Daniela Bento, em relação aos sorrisos, em relação à sua postura, que pudesse ter alguma contenção, até porque estamos numa reunião de Câmara). Sobre a máquina de rastos, já aqui foi referido. Neste caso está a ser articulado também com a Proteção Civil tudo aquilo que deve agora levar a bom porto. -----

----- Sobre as questões que já anunciou, já anteriormente respondemos às mesmas, não tecerei nenhum comentário sobre as mesmas. E se houver algum esclarecimento que pretende, pode sempre requerer, fundamentando sobre aquilo que se destina e que não se destina, para o que o mesmo urge, mediante aquilo que é a Lei e o estritamente necessário para cumprirmos. É assim que temos feito, correto Sra. Chefe de Divisão? É isso que estamos a levar a cabo. -----

----- Sobre a Unidade de Saúde Familiar. Já tive oportunidade também de esclarecer aqui sobre o que é que se trata. Trata-se de mais-valias para o Concelho de Freixo de Espada à Cinta, nomeadamente haver mais médicos no nosso Concelho, haver mais enfermeiros e médicos a tempo inteiro, um serviço administrativo de maior qualidade. Foi feita uma candidatura em parceria com Mogadouro, neste caso, o Centro de Saúde de Mogadouro. Informações ainda não oficiais, mas que em breve se tornam oficiais, é que esta candidatura da Unidade de Saúde Familiar está praticamente no seu término, irá ser aprovada. A Sra. Ministra da Saúde já referiu, juntamente com a Direção da ARS para levar a bom porto aquilo que é a aprovação desta Unidade de Saúde Familiar. Aquilo que pretendemos num segundo passo sobre a Unidade de Saúde Familiar é depois negociar com a ULS, que é aquilo que temos estado a levar a cabo. Iremos ter em breve uma reunião com a nova Direção da ULS, neste caso com o Presidente Miguel Abrunhosa, sobre aquilo que pretendemos que seja implementado através da associação da Unidade de Saúde Familiar no nosso Concelho, para que

22



possa haver mais duas horas na abertura, daquilo que é a urgência do nosso Concelho, que em vez de encerrar às 22h00min, possa ir até à meia-noite. Ou porventura, se entenderem que pode ficar a noite toda, mas isso cabe depois, não compete ao Município. Aquilo que nós estamos é a trabalhar para que possa ser levado a bom porto, mas compete depois à ULS e ao Ministério da Saúde poder autorizar ou não essa mesma pretensão, que não iremos desistir dela até a conseguirmos, mas não depende do Executivo. Se dependesse do Executivo, já estava certamente em prática, porque é aquilo que estamos a trabalhar, é em tudo aquilo que são os cuidados de saúde. ---

----- Sobre o ranking da transparência, onde é que pode encontrar. Tem a palavra a Chefe de Divisão, Dra. Carla Victor, para elucidar sobre onde é que é o ponto, onde pode encontrar o ranking da transparência. Força, Sra. Chefe de Divisão. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- Neste momento o ranking de transparência mudou um bocadinho, já não tem nada a ver com o ITM que se praticou até 2017, salvo erro, agora existe outra empresa que é a Dimitri, digamos que é fechado, é necessário existir um registo do Município. Neste momento, nós estamos a trabalhar precisamente no nosso índice de transparência, salvo erro, em setembro, 25 de setembro, vai existir uma reunião onde serão divulgados os novos índices de transparência. O que é que eu posso dizer, é que neste momento nós estamos a submeter os nossos índices, quando fizermos a primeira submissão já saberemos, mais ou menos, onde estamos classificados. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Sobre aquilo que estamos a trabalhar. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- É um pouco diferente, agora é um pouco diferente. Eu posso dizer que talvez daqui a 15 dias, eu já possa, já consiga dizer, mais ou menos, onde estamos classificados. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Mas sobre a intervenção do Sr. Vereador foi precisamente onde é que poderia ou não poderia ser consultado, foi respondido. Aquilo que este Executivo assumiu para este mandato é figurar no top 20, top 30 do ranking da transparência, é aquilo que estamos a trabalhar para haver total transparência sobre aquilo que é a prática deste Executivo. Melhorámos, de estar nas últimas 10 posições com o anterior Executivo, para metade da tabela no anterior mandato, e neste queremos chegar precisamente ao top 20 no ranking da transparência, com um sinal claro de mais transparência, mais proximidade e, acima de tudo, de facultar tudo aquilo que é o necessário aos nossos munícipes, que é por eles que trabalhamos todos os dias. -----

----- Sobre os seus parabéns sobre a ANMP. Agradecer-lhe a sua menção, fica reforçado Freixo de Espada à Cinta e também a região norte. -----

----- Sobre a cibersegurança e a multa de 10.000,00€. Sobre a cibersegurança, aquilo que eu alertei, aliás, eu coloquei essas questões no próprio fórum de discussão, onde estavam outros Autarcas, de Torre de Moncorvo, da Mêda, da Mêda não, de Tarouca, de Tabuaço, Lamego, até porque a CIM foi em Lamego, onde estavam vários dos dezanove e o Presidente da CIM também. Foi sobre as implicações, que é aquilo que acaba por acontecer, sobre a cibersegurança, porque no final, quem assina sempre todos os documentos, acaba por ser o Executivo Autárquico, nomeadamente o Presidente. E sobre qual é o papel de todo o Executivo, quer com pelouros e sem pelouros, sobre a transmissão de dados. Aliás, vai de encontro àquilo que acabou de referir. Para o que é que servem? Como é que são usados? Como é que não são usados? Se são difundidos? Se não são difundidos com a proteção de dados, com tudo aquilo que é inerente à vida profissional da Autarquia. E aquilo que foi levado a cabo é que, efetivamente, há multas e coimas que são bastante pesadas, quer a nível individual e quer a nível da Autarquia, que nos primeiros quatro meses será para teste para poder ser implementado e que será um processo que levará o seu caminho para estar finalizado. E que grande parte dos nossos Municípios aqui, Douro, Trás-os-Montes, não falo de Lisboa nem do Porto que são grandes Câmaras de grandes dimensões, têm recursos humanos ínfimos para poder trabalhar isso, é que precisamos de cada vez mais, nomeadamente, ter mais recursos humanos dispostos para levar a bom porto, quer seja dentro da Câmara e quer seja fora da Câmara, para nos



podermos proteger em relação a esta temática, que vai estar sempre premente no dia-a-dia de todos nós, quer em tudo aquilo que já existe, mas em tudo aquilo que é contratação, em tudo aquilo que é divulgado e que tem, efetivamente, coimas para quem assina. E nós temos que nos salvaguardar, quer a nós, quer, quando digo nós, digo o Executivo todo, com pelouros e sem pelouros sobre aquilo que debatemos e que não debatemos, quer aos Chefes de Divisão, quer aos funcionários da Autarquia, para que ninguém tenha contratemos. -----

----- Sobre a multa de 10.000,00€. Efetivamente o Município foi autuado, verificava-se em relação à proteção de dados, que vinha do anterior mandato, esse processo. Eu próprio fui responder a Tribunal, juntamente com a Dra. Andreia Bento, enquanto Chefe de Divisão e também, se não estou em erro, da parte da informática. Onde apresentámos todos os nossos argumentos, aquilo que também existia e que não existia, e que o processo tendo o seu término, foi arquivado e foi perdoada esta alta multa de 10.000,00€. O Tribunal foi em Torre de Moncorvo e foi precisamente, se a memória não me falha, em 2024/2025 que se deu a conclusão do processo.

----- Muito bem, estamos praticamente a terminar o período de antes da ordem do dia, não sei se querem tecer mais alguma consideração? Força Sra. Vereadora. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Ora, Sr. Presidente, peço-lhe entanto que averigue o meu processo, através das tais revisões internas. Não tenho nada a esconder, o que recebi do Município estive a trabalhar na Divisão Técnica de Obras. Em relação à gravação da reunião, dou-lhe uma sugestão, colocar as reuniões em direto, para bem da transparência. Também mencionou aí, em relação às Atas apagadas, eu pergunto-lhe qual é o ponto da situação desse processo em Tribunal? Em relação ao CLDS, uma vez que já está em execução, porque é que não me foi dado acesso a essa execução do CLDS? Mas está aqui o novo requerimento para consultar o que pretendo. Em relação às minhas expressões, fica incomodado com as minhas expressões? É que eu não fico nada incomodada com as suas. Não sei porque é que está sempre a referir isso e é só por agora. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----



----- Muito bem. Sr. Vereador quer usar da palavra? Ou não? -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.** -----

----- Só um apontamento, por favor. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Força. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.** -----

----- Primeiro, relativamente aos precários, o facto de terem um contrato, não deixam de ser precários, eles continuam a ser na mesma precários, ponto. Da USF, o Sr. Presidente falou em urgências e o que é certo, é que não vai haver urgências com uma USF, como não há agora. No Centro de Saúde de Freixo já não há urgências, já há algum tempo que não há urgências e a USF não vai trazer essas urgências, gostaria só de deixar isto clarificado para quem nos ouve, como é óbvio. Pode-se confundir, provavelmente, não estou a dizer que é o Sr. Presidente que se confunde, mas pode-se confundir as pessoas, o facto de ser uma consulta aberta com as urgências, mas são situações completamente distintas. Também falou aí num processo que se encontrava em análise no Tribunal, por causa de integração ou contratação de funcionários para o Município, não sei, sei que havia dois, não sei se ainda estão os dois ativos? Se não estão? O Sr. Presidente se me pudesse clarificar agradecia. E penso que era só isto, tinha aqui outro apontamento, mas já não me recordo, por isso não vou estar a tecer comentários. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem. Então, darei as últimas explicações antes da ordem do dia e depois passamos à ordem do dia. Começo precisamente já pelo Vereador António Morgado sobre a questão da USF. A questão que falou

da urgência é precisamente a consulta aberta de estar, em vez de até às 22h00min, estar até à meia-noite ou as 24 horas. Quando digo urgência, é as pessoas poderem se deslocar lá e não terem de, por exemplo. Dar aqui um exemplo concreto, se cortarem o dedo, muitas vezes, para levarem pontos têm de se deslocar daqui para Moncorvo ou Mogadouro após as 22h00min, é nesse sentido. Aquilo que pretendemos é que haja esta consulta aberta e que esteja, que o Centro de Saúde em termos práticos, para todos perceberem em casa, que o Centro de Saúde esteja aberto se houver alguma ocorrência para a nossa população, dando ainda mais segurança aos mesmos e que estamos a levar a cabo. -----

----- Sobre a questão que mencionou dos precários. Não deixam de ser precários, têm um contrato de trabalho, deixaram de ser precários quando conseguirmos que tenham subsídio de férias, subsídio de Natal e os mesmos direitos que têm os funcionários da Autarquia. É aquilo que nós temos estado a lutar desde que entrámos para este Executivo Autárquico, desde 2021 até à presente data e que este ano pretendemos já levar a cabo aquilo que é a contratação pública para os Quadros de pessoal, não todos de uma vez, mas sim faseadamente com a devida autorização. -----

----- Sobre os processos em Tribunal, aquilo que nós temos, que nos foi já transmitido, existe um processo em Tribunal que é relativamente à regularização de precários, sobre a forma como foi elaborado, esse processo está a decorrer em Tribunal. Começa a haver alguns desfechos, mas para já não irei transmitir nada sobre isso até o mesmo ficar concluído, até para não criar nenhuma especulação e desse processo é aquilo que eu tenho acesso neste momento. Que vai de encontro também àquele que é, penso eu, por parte dos funcionários da escola, exatamente. Há mais processos que estão a decorrer em Tribunal, mas que não dependem diretamente dos funcionários. Isto é o que eu lhe posso transmitir oficialmente. E sobre as suas afirmações, questões foi isto. -----

----- Sobre a Sra. Vereadora Daniela Bento, sobre as suas expressões, se fico incomodado ou não. Não Sra. Vereadora, eu não fico incomodado. Aquilo que eu estou aqui a mencionar é que estamos numa reunião de Câmara onde se exige respeito, postura e educação de parte a parte. E é aquilo que cumpre ao Presidente da Câmara, gerir esta reunião de Câmara, para que a mesma decorra com tranquilidade e sem provocações de parte a parte. É isso que eu estou aqui a fazer. -----

----- Qual o ponto da situação das gravações apagadas. O processo decorre em Tribunal, a seu tempo, quando houver desfecho, lá se saberá



sobre o que é e o que não é. Até porque pode ser sempre objeto de recorrer de ambas as partes. -----

----- Colocar as reuniões em direto. Já aqui afirmámos que pretendemos sempre, acima de tudo, que as reuniões possam ser colocadas na íntegra, que é aquilo que fazemos nas reuniões de Câmara. Não voltámos ao passado onde eram apenas gravações áudio e não eram gravações de vídeo. Onde muitas delas ficaram censuradas, ficavam apagadas e assim havia edição. Neste preciso momento, quer no mandato de 2021, deu-se um passo rumo à transparência que foi com a aprovação das reuniões de Câmara em direto ou em diferido a última do mês, e já neste mandato que foram as gravações aprovadas, todas elas, quer em direto ou em diferido, que tem sido sempre em diferido, com os votos positivos a favor do Executivo com pelouros. E é isso que temos levado a cabo. -----

----- Sobre o seu processo. Eu não sei se se está a referir em relação a Vereadora, ou a funcionária? Se for à funcionária, terá oportunidade internamente de solicitar isso mesmo. Enquanto Vereadora, não tecerei nenhum comentário sobre a sua situação pessoal aqui neste caso e para já é só. Vamos então passar, queres falar? Força. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- A Sra. Vereadora, parece-me que está a perguntar, que nós averiguássemos o seu processo, enquanto funcionária? -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Sim, já que falou nele. Siga. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Já lhe foi dito. A Sra. Vereadora... -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

Handwritten initials or signature.



----- Peço desculpa, o Sr. Vice-Presidente intervém e depois será dada novamente a palavra se for necessário. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- A Sra. Vereadora esteve um ano e meio nesta Autarquia sem qualquer procedimento e, além disso, há um mês, o mês de maio de 2016, a Sra. Vereadora faturou duas vezes, no mesmo mês, de um serviço que ninguém lho reconhece, nem ninguém sabe. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Não, não é verdade. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Não, ninguém. Já foi questionado, já foi questionado. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Peço só desculpa, deixe só o Sr. Vice-Presidente terminar a sua intervenção e a Sra. Vereadora. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Eu não posso, pois não estou aqui como funcionária. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Já lhe perguntei, já lhe perguntei. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----



----- Eu não vou falar, pois não estou aqui como funcionária. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Peço desculpa, vamo-nos entender todos. O Sr. Vice-Presidente acaba. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Ele pode falar sobre o meu processo individual, mas eu aqui não posso. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- O Sr. Vice-Presidente acaba, termina a sua intervenção. Se a Sra. Vereadora pretender usar da palavra, só tem de o mencionar, que pretende usar da palavra, com muita calma, poderá falar posteriormente. Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Sra. Vereadora, aquilo que eu lhe questioneei foi, que trabalho fez na equipa de acompanhamento de revisão do PDM? E levantamento arquitetónico da Igreja da Santa Casa da Misericórdia? Que ninguém sabe que trabalho foi esse. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Estive com a arquiteta. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Peço desculpa, quando terminar, usa da palavra. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Aquilo que eu peço é que justifique e que traga a justificação depois na próxima. Onde é que entregou esse trabalho? Que trabalho é que foi esse? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Posso ir à Divisão Técnica de Obras? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Não, não pode ir agora, está numa reunião, depois na próxima traz. --

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Senhora Vereadora usa a palavra no final. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Eu não estou como funcionária. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Sei que pode incomodar este tema, ouça. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- A mim não, não incomoda nada. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Sei que pode incomodar este tema. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA
PEREIRA. -----

----- Que eu não devo nada. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Mas a Sra. Vereadora usará a palavra no final. Aquilo que o Sr. Vice-Presidente está a referir não é como funcionário, o Sr. Vice-Presidente está a se referir enquanto Autarca deste Município, sobre trabalhos levados a cabo, sobre um processo. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA
PEREIRA. -----

----- Como funcionária. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Peço desculpa, vai ter de ter calma e ouvir. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA
PEREIRA. -----

----- Estou calmíssima. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Mas não parece, até ao fim. Aquilo que está a mencionar na intervenção do Sr. Vice-Presidente e está gravado. Falou sobre o seu percurso e depois mencionou o seguinte, sobre trabalhos externos ao

R
M



Município, que é aquilo que está aqui em causa. São trabalhos que o Município contratou para levar a bom porto, segundo aquilo que foi aqui afirmado e que foi pesquisado, sobre o processo da Misericórdia e onde, efetivamente, a Sra. Vereadora tem pagamentos desse mesmo trabalho relativo a arquitetura. Ora, nós sabemos enquanto Executivo, e a Senhora Vereadora também sabe enquanto Vereadora, que a sua área de formação não é arquitetura de todo e onde aquilo que está aqui em causa é que no mesmo mês recebe duplamente, recebe cerca de 5.000,00€, quase 5.000,00€ mais IVA, mais 1.200,00€ e é relativamente, peço desculpa. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Nesse mês de maio. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Peço desculpa, deixe só terminar, espera também. Deixe só terminar a intervenção e depois poderá falar e é aquilo que está aqui em causa, relativamente, a serviços externos ao Município. Aquilo que se pretende averiguar, por um sinal claro de transparência com a nossa população e os nossos munícipes, e até por sinal claro de uso de dinheiro público, o que é que efetivamente foi levado a cabo da sua parte, apenas e só isto. -----

----- Quer usar da palavra Sr. Vice-Presidente? Que é para terminarmos o ponto de antes da ordem do dia. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Não, só para dizer maio de 2016. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- 2017. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----



----- Não, 2017 você entrou no Quadro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem. Quer usar da palavra Sra. Vereadora? -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA
PEREIRA.** -----

----- Vou clarificar tudo em Tribunal. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem. É o seu direito e acho muito bem que o faça. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA
PEREIRA.** -----

----- Aqui não sou funcionária. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem. Aquilo que nós estamos aqui, para terminar de uma vez por todas, aquilo que foi mencionado em relação à Sra. Vereadora, em nenhum momento foi mencionado que era aqui funcionária, bem pelo contrário. Aquilo que foi levado a cabo foi questões relativas e externas ao Município enquanto prestadora de serviço a esta Autarquia. Foi aquilo que foi mencionado pelo Sr. Vice-Presidente e até faz muito bem ir para Tribunal, porque nós também já o iríamos fazer para clarificar toda esta situação. Bem como aquilo que já foi aqui afirmado, aí sim, quando a Sra. Vereadora colocou em causa, usou e abusou sobre o funcionário Pedro Vicente com o Vice-Presidente Pedro Vicente, onde fez uma afirmação grave e injuriosa que referiu o seguinte, usou o cargo de Vice-Presidente para benefício próprio. Foi isso que foi aqui afirmado por si e que hoje, curiosamente, tornou afirmar. Sra. Vereadora peço-lhe que não interrompa.



----- Muito bem. Posto isto, vamos passar então à ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia quinze de maio do ano dois mil e vinte e seis que acusa o saldo disponível de: -----

Dotações Orçamentais – Setecentos e quatro mil, novecentos e quarenta e nove euros e sessenta e dois cêntimos. -----

Dotações não Orçamentais – Cinquenta e sete mil, seiscentos e vinte e três euros e cinquenta e seis cêntimos. -----

ATA: Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia oito de maio do ano dois mil e vinte e seis. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Não sei se querem tecer algum comentário? Força Sr. Vereador. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.** -----

----- Aquando da retificação. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Pode dizer só a página Sr. Vereador? Sem prejuízo de o interromper.

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.** -----

----- Sim, página 37. 36/37, aquando da retificação do posicionamento remuneratório, só dizer que fui eu proferi que a Angélique Gaspar era



minha prima, primeiro grau, que também me teria de ausentar e não ficou aqui nada relativamente a isso. Pronto, isto é o problema das Atas estarem na primeira pessoa, quando no meu entender, até deveriam estar sempre na terceira, mas isso é o entendimento do atual Executivo. Eu tenho acompanhado e tenho aprovado as Atas, porque, pronto é isto que também eles pretendem, não quero colocar qualquer objeção relativamente a esta situação. Contudo gostaria que ficasse lá referido na Ata que eu também, eu próprio me ausentei devido a esta relação familiar. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Será tido em conta a sua intervenção sobre esse ponto e acrescentado, como é óbvio, não há problema nenhum com isso, bem pelo contrário, até porque se ausentaram os dois, ausentou-se o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador, no momento antes da discussão sequer do ponto. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- Mas está. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Mas eu fiz referência que a Angélique era minha prima de primeiro grau e por isso teria de me ausentar também. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Mas não está na intervenção. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Deixe só terminar o Sr. Vereador, Sra. Vereadora. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- E depois o Sr. Presidente reforçou a situação. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Aquilo que o Sr. Vereador está aqui a afirmar, não há problema nenhum, bem pelo contrário, está a referir que se ausentou, mas peço aos serviços então, tal como está na gravação, porque a gravação também produz efeito e também é válida, que vá corroborar também aí. Está bem Rita e Vítor. Acrescentem só essa parte e fica sanado essa mesma situação. Posto isto colocava à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes, aprovar a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia oito de maio do ano de dois mil e vinte e seis, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo. -----

**01 – COMPETÊNCIA EXCECIONAL –
DECISÕES**

----- PAULA CRISTINA DA MOTA RAMOS – RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO À HABITAÇÃO BIFAMILIAR E ARRUMOS – TOMADA DE CONHECIMENTO:
Foi presente para efeitos de tomada de conhecimento a informação n.º 170/2026/DTOUH datada do dia 27/04/2026 subscrita pelo Técnico Arqt. José Massa, a qual obteve parecer favorável através do despacho proferido no dia 27 de abril de 2026 de acordo com a competência delegada no Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal na reunião ordinária realizada no dia 03 de novembro de 2025. A presente informação dá nota da aceitação do presente Processo, em sede de Controlo Prévio de Apreciação/Saneamento liminar; e, emitir parecer favorável no âmbito da arquitetura, no respeitante à operação urbanística mencionada em epígrafe. Quanto aos trâmites seguintes, deverão estes Serviços da DTOUH, expedir Ofício de Notificação à requerente, informando da decisão resultante do ponto anterior, nos termos do n.º 11 do artigo n.º 20, do Diploma (RJUE), e



juntando em apenso (uma cópia da presente informação). Mais se informa que, para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de Licenciamento apresentado (uma vez que as Especialidades não foram entregues em Requerimento inicial), deverá ser comunicado à requerente/proprietária, o seguinte condicionalismo: a fim de ser instruído o eventual pedido de Licenciamento da presente operação urbanística de acordo com (n.º 4 do art.º 20.º, RJUE, na redação atual), deverão ser apresentados no prazo de (6) seis meses (a contar da data de Notificação), os Projetos de Engenharia de Especialidades necessários em função do tipo de obra a executar, a que se refere o n.º 18 do Anexo I da Portaria n.º 71 – A/2024, de 27 de Fevereiro, no âmbito da Licença prevista no artigo 18.º (apreciação dos pedidos relativos às operações urbanísticas previstas no n.º 2 do artigo 4.º), do DL 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico (RJUE), na redação atualizada, do DL 43/2024, de 2 de julho, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivada na pasta anexa ao livro de atas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

06 – REQUERIMENTOS DIVERSOS:

----- **CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR – CARLOS VITORIANO RENTES TEIXEIRA – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Foi presente a informação nº 192/2026/DTOUH datada de 11/05/2026 subscrita pelo Assistente Técnico, Mauro Rafael Eugénio Louças, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação, na qual refere que relativamente ao processo referido em epígrafe e tendo terminado a fase de audiência prévia com vista à declaração da sua caducidade, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei 555/99 de 16/12, na sua versão atualizada, sem que o requerente se tenha pronunciado sobre o assunto, entende-se que poderá ser declarada a caducidade do processo e, aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivada na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----



----- Vem aí o parecer do Assistente Técnico, onde diz que, o requerente se tenha pronunciado sobre o assunto é meu entender que poderá ser declarada a caducidade do processo. Não sei se querem tecer algum comentário? Não querendo, passamos à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes, aprovar a caducidade do processo em epígrafe. -----

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- **PROCEDIMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA A ELEGIBILIDADE DE DESPESAS COM RETENÇÕES – PROGRAMA NORTE 2030 - TOMADA DE CONHECIMENTO:** Atenta à informação n.º DAF-378-2026 datada de 23/04/2026 subscrita pela Chefe de Divisão Administrativa e Financeira em regime de substituição, Dra. Carla Victor, a qual informa que a presente informação visa as novas diretrizes de elegibilidade determinadas pela Autoridade de Gestão do NORTE 2030, fundamentadas nas auditorias do Tribunal de Contas Europeu. Mais ainda, considerando a necessidade crítica de garantir que as retenções efetuadas em empreitadas cofinanciadas não sejam consideradas despesa não elegível, determina-se: a) À Contabilidade: Que proceda à identificação imediata de todas as operações em curso no âmbito do NORTE 2030 que envolvam retenções para reforço de garantia. b) À Tesouraria: Que assegure a conformidade das contas de depósito junto das instituições de crédito, garantindo que estas cumprem os requisitos de “depósito obrigatório” e que permitem a rastreabilidade por empreitada. c) Aos Serviços Técnicos: Que, em articulação com a área financeira, garantam que todos os pedidos de pagamento futuros sejam instruídos com a Guia de Depósito chancelada e a Declaração da instituição de crédito, conforme as minutas exigidas pela Autoridade de Gestão e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Aqui é precisamente pelo âmbito da transparência, trazer todos os pontos que estão aí emanados sobre aquilo que é a sua contextualização. Não sei se querem usar da palavra? Força. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Isto aqui, é algo que a União Europeia já vem há algum tempo a exigir aos Municípios, não é uma, pode-lhe chamar transparência, isto é uma questão de valores, o que é certo, é que tal como diz a informação, se não for criada esta conta, os valores das cauções deixam de ser elegíveis e isso nós não queremos para o Município, como é óbvio. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. E é por isso mesmo que aqui trazemos, Sr. Vereador, este mesmo ponto e é totalmente de acordo com aquilo que é a União Europeia, com aquilo que é as candidaturas e total transparência de ambas as partes. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor desta informação, para salvaguarda da gestão dos fundos comunitários do Município. -----

----- PROTOCOLO DE CEDÊNCIA ZCA DE FORNOS - CLUBE DE CAÇA E PESCA DE FORNOS, COMO ENTIDADE GESTORA DA ZONA DE CAÇA MUNICIPAL (ZCM) DE FORNOS – PROCESSO 6405-ICNF – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta de Protocolo de Cedência ZCA de Fornos – Clube de Caça e Pesca de Fornos, como entidade gestora da Zona de Caça Municipal (ZCM) de Fornos – Processo 6405-ICNF e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Isto prende-se precisamente com a candidatura que foi levada a cabo e que pretende fomentar para todas as Associativas, que é o ponto que iremos a seguir aprovar, em cada ponto individualmente, sobre aquilo que se conseguiu através desta candidatura que é, de facto, financiamento para,



neste caso, para Fornos. 61 Comedouros de 55 litros com dispensador e tampa; 61 Bebedouros automáticos de 55 litros, equipados com depósito, mangueira, bóia e gamela; 61 Sacos de alimento (um saco por cada comedouro entregue). Nas obrigações, esta duração, o protocolo terá a vigência de dois anos e pretende sim, ajudar as Zonas de Caça que merecem ser ajudadas. Temos muito orgulho no turismo cinegético que é levado a cabo no nosso Concelho e que foi fustigado com os últimos incêndios, que está agora o Município, através desta candidatura, pretende ajudar todas as Zonas de Caça. Não sei se querem usar da palavra? Força. -

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Na primeira página, no segundo parágrafo, tem aqui um erro. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- Nós já detetámos. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Pronto, ok, como não disseram nada. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- É uma questão de português, correto? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Não, diz Poiares e em cima diz Fornos, depois em Poiares. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----



----- Muito bem. Está detetado, salvaguardando exatamente aqui no segundo ponto, salvaguardando, mas o título está Protocolo de Cedência Zona de Fornos. Peço para alterarem só, com a devida alteração, não é a Poiares que se refere, mas sim Fornos, para podermos ir para a sua aprovação. Posto isto, coloco então à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes aprovar a minuta do “Protocolo de Cedência ZCA de Fornos” (Processo 6405-ICNF) a celebrar entre o Município e a Associação de Caça e Pesca de Fornos. Autorizar o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira, a outorgar o referido protocolo. Determinar a publicação do teor do presente protocolo no sítio oficial do Município na Internet, após a sua formalização, em conformidade com os princípios da transparência administrativa e o dever de informação aos munícipes. -----

----- **PROTOCOLO DE CEDÊNCIA ZCA DE MAZOUCO - ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DE MAZOUCO, COMO ENTIDADE GESTORA DA ZONA DE CAÇA ASSOCIATIVA (ZCA) DE MAZOUCO – PROCESSO 2216-ICNF – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta de Protocolo de Cedência ZCA de Mazouco – Associação de Caça e Pesca de Mazouco, como entidade gestora da Zona de Caça Associativa (ZCA) de Mazouco – Processo 2216-ICNF e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Neste caso, no mesmo sentido para Mazouco, Associação de Casa e Pesca de Mazouco, como entidade gestora da Zona de Caça Associativa. Aqui serão, 38 Comedouros de 55 litros com dispensador e tampa; 38 Bebedouros automáticos de 55 litros, equipados com depósito de mangueira, bóia e gamela; 38 Sacos de alimento e têm a duração de 2 anos. Não sei se querem usar da palavra? Colocava à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes aprovar a minuta do “Protocolo de Cedência ZCA de Mazouco” (Processo 2216-ICNF) a celebrar entre o Município e a

ca



Associação de Caça e Pesca de Mazouco. Autorizar o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira, a outorgar o referido protocolo. Determinar a publicação do teor do presente protocolo no sítio oficial do Município na Internet, após a sua formalização, em conformidade com os princípios da transparência administrativa e o dever de informação aos munícipes. -----

----- **PROTOCOLO DE CEDÊNCIA ZCA DE POIARES - ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DE POIARES, COMO ENTIDADE GESTORA DA ZONA DE CAÇA ASSOCIATIVA (ZCA) DE POIARES – PROCESSO 2215-ICNF – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta de Protocolo de Cedência ZCA de Poiares – Associação de Caça e Pesca de Poiares, como entidade gestora da Zona de Caça Associativa (ZCA) de Poiares – Processo 2215-ICNF e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Vai no mesmo sentido, só que neste caso com, 10 Comedouros de 55 litros com dispensador e tampa; 10 Bebedouros automáticos de 55 litros, equipados com depósito, mangueira, boia e gamela; 10 Sacos de alimento (um saco por cada comedouro entregue) e tem a duração de 2 anos. Não sei se querem tecer algum comentário? Não querendo, colocava à votação. ----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes aprovar a minuta do “Protocolo de Cedência ZCA de Poiares” (Processo 2215-ICNF) a celebrar entre o Município e a Associação de Caça e Pesca de Poiares. Autorizar o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira, a outorgar o referido protocolo. Determinar a publicação do teor do presente protocolo no sítio oficial do Município na Internet, após a sua formalização, em conformidade com os princípios da transparência administrativa e o dever de informação aos munícipes. -----

----- **PROTOCOLO DE CEDÊNCIA ZCA DE FREIXO – ESTE - ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, COMO ENTIDADE GESTORA DA ZONA DE CAÇA**



ASSOCIATIVA (ZCA) DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ESTE – PROCESSO 2355-ICNF – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta de Protocolo de Cedência ZCA de Freixo – Este – Associação de Caça e Pesca de Freixo de Espada à Cinta, como entidade gestora da Zona de Caça Associativa (ZCA) de Freixo de Espada à Cinta Este – Processo 2355-ICNF e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- E aqui, neste caso, vai no mesmo sentido. Neste caso, 21 Comedouros de 55 litros com dispensador e tampa; 21 Bebedouros automáticos de 55 litros equipados com depósito, mangueira, boia e gamela; 42 Sacos de alimento (um saco por cada comedouro entregue) e tem a duração de 2 anos. Não sei se querem usar da palavra? Força Sra. Vereadora. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Em relação aos sacos de alimento diz, um saco por cada comedouro entregue, aqui em cima diz 21 comedouros e em baixo diz 42 sacos de alimento. Não sei se é erro, ou se é. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Terminou? Quer usar da palavra Engenheiro? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR CHEFE DA UNIDADE ORGÂNICA ENG. AMADEU RODRIGUES. -----

----- É lapso, é um saco por cada comedouro. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----



----- Muito bem. Está dissipada a dúvida, com a devida correção, passamos então à sua aprovação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes aprovar a minuta do “Protocolo de Cedência ZCA de Freixo - Este” (Processo 2355-ICNF) a celebrar entre o Município e a Associação de Caça e Pesca de Freixo de Espada à Cinta. Autorizar o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira, a outorgar o referido protocolo. Determinar a publicação do teor do presente protocolo no sítio oficial do Município na Internet, após a sua formalização, em conformidade com os princípios da transparência administrativa e o dever de informação aos munícipes. -----

----- **PROTÓCOLO DE CEDÊNCIA ZCA DE FREIXO – OESTE - ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, COMO ENTIDADE GESTORA DA ZONA DE CAÇA ASSOCIATIVA (ZCA) DE FREIXO DE ESPADA À CINTA OESTE - PROCESSO 2356-ICNF – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta de Protocolo de Cedência ZCA de Freixo – Oeste – Associação de Caça e Pesca de Freixo de Espada à Cinta, como entidade gestora da Zona de Caça Associativa (ZCA) de Freixo de Espada à Cinta Oeste – Processo 2356-ICNF e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- E aqui pretende o protocolo com, 44 Comedouros de 55 litros com dispensador e tampa; 44 Bebedouros automáticos de 55 litros, equipados com depósito, mangueira, bóia e gamela; 44 Sacos de alimento (um saco por cada comedouro entregue) e a duração de 2 anos. Não sei se querem usar da palavra? Não querendo, colocamos à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes aprovar a minuta do “Protocolo de Cedência ZCA de Freixo - Oeste” (Processo 2356-ICNF) a celebrar entre o Município e a Associação de Caça e Pesca de Freixo de Espada à Cinta. Autorizar o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira, a outorgar



o referido protocolo. Determinar a publicação do teor do presente protocolo no sítio oficial do Município na Internet, após a sua formalização, em conformidade com os princípios da transparência administrativa e o dever de informação aos munícipes. -----

----- **PROPOSTA DE APOIO À FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. JOÃO BATISTA DE LIGARES – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta de Apoio à Fabrica da Igreja Paroquial de S. João Batista de Ligares e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- É um pedido de apoio financeiro no valor de 350,00€ e está também já aí as explicações todas sobre a proposta, mas passo a citar, “Aprovar a atribuição do subsídio pontual no valor de 350,00€ à Fábrica da Igreja Paroquial de São João Batista de Ligares; Ratificar o apoio como uma despesa de interesse público municipal ao abrigo das competências de promoção da cultura e tradições locais; Autorizar a despesa garantida à existência de cabimento orçamental na rubrica correspondente ao apoio a instituições sem fins lucrativos”. Não sei se querem tecer algum comentário? Força. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.** -----

----- Sr. Presidente, só aqui uns breves esclarecimentos. Temos um ofício datado de 30 de março, que entrou a 31 no Município e uma informação da concessão do apoio, ou a pretensão dessa concessão, de 07 de maio. Há aqui uma diferença temporal, não sei se me consegue explicar o porquê desta diferença temporal. Depois, as zeladoras falam em apoio monetário, mas não referem, efetivamente qual é o valor que pretendem, tendo sido proposto pelo Executivo, em função, 350,00€. Isto foi negociado com eles? Ou foi, eventualmente, aquilo que entendia o Executivo que seria o valor, pronto, o valor correto para aquilo que é. Depois denoto aqui alguma utilização do interesse público para fundamentar algumas propostas, pronto. Eu, efetivamente consigo perceber o que é o interesse público, mas



se me dissesse que a recuperação da Capela era interesse público, não tinha dúvidas. Aquisição de flores para adornar a Capela, é a minha posição, como é óbvio, o meu entendimento, não se encaixa no meu entender, em interesse público. Mas deixo para o Sr. Presidente, como é óbvio, analisar e justificar o que é o interesse público relativamente à aquisição de flores ou à ornamentação da Capela. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Está? -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.** -----

----- Sim. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Ok Sr. Vereador. Dando-lhe só aqui alguns esclarecimentos, que são perfeitamente pontuais, dar-lhe o seguinte. Sobre a questão do interesse público, é neste caso aqui de manter vivas as tradições e que não se perca esta tradição, daquilo que é o interesse público, neste caso da Freguesia de Ligares, de manter aquilo que estas zeladoras levam a cabo em conjunto com a sua população. Daí entendermos que é, de facto, interesse público perante a Freguesia. Depois, sobre o valor monetário, embora não venha aqui referido, nós tivemos o cuidado de falar com as zeladoras de qual é que era o montante em causa e o mesmo foi-nos transmitido, que seria 350,00€. Foram estas duas. O tempo de diferença, efetivamente, já entrou e já poderia ter vindo cá antes, vem cá agora, não há nenhuma explicação para levar a bom porto o porquê de ser agora, o tempo ficou para já vir na outra reunião, não colocou, não quisemos pôr uma adenda para acontecer na outra reunião já este ponto. Não era nada de urgente, foi ratificado e veio nesta reunião, apenas e só por isso. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.** -----



----- Eram só essas três. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Eram estas três, não foi mais uma? Sim, sim, já está. Força Sr. Vereador, se quer usar da palavra? -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO
MORGADO.** -----

----- Só alertá-lo que, todas as Capelas e todas as Igrejas do Concelho carecem de ornamentação, não é. E se isto se enquadra na fundamentação de interesse público, pode cair aqui num ciclo de ter que também atribuir valores a todas as Capelas e a todas as Igrejas para ornamentação. Mas, volto a dizer, isso será o Sr. Presidente que terá de gerir essa situação. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem. Muito obrigado, aquilo que nós estamos a levar a cabo, não só com Ligares, mas com todas as Freguesias do Concelho, sempre que é solicitado apoio e que vem um ofício escrito para levar a bom porto, é analisado e trazemos à reunião de Câmara. Pretendemos sempre, sim, que todas as comissões zeladoras, comissões de festas e tudo aquilo que seja manter vivas as nossas tradições, possamos sempre apoiá-las dentro daquilo que é o interesse público e, acima de tudo, com a devida justificação e não sem nenhuma justificação que seja, de facto, real para o interesse da nossa população e manter aquilo que é a identidade de Freixo de Espada à Cinta, de todo o Concelho. Posto isto, colocava à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes, aprovar a atribuição de um subsídio pontual no valor de 350,00€ à Fábrica da Igreja Paroquial de S. João Baptista de Ligares; ratificar o apoio como uma despesa de interesse público municipal, ao abrigo das competências de promoção da cultura e tradições locais; mais ainda, autorizar a despesa, garantindo à existência de cabimento orçamental na rubrica correspondente ao apoio a instituições sem fins lucrativos. -----



APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: Nos termos do número três do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e seis do mesmo normativo legal, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a ata sob a forma minuta com vista a sua excecutoriedade imediata. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- E antes de terminar a reunião, deixar a toda a população e a todos aqui presentes, para que possam visitar a Feira do Livro ao longo destes dias que irá decorrer, começa já hoje e que pretende elevar a cultura de Freixo de Espada à Cinta em conjunto com o Agrupamento de Escolas, para mostrarmos aquilo que de melhor se faz e, sobretudo, respeitar aquilo que é a cultura. Preferimos sempre um Concelho culto, do que um Concelho ignorante. -----

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram dez horas e dezanove minutos da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

----- E eu, Vicente Manuel Glória Antunes Assistente Técnico do Município a subscrevo e também assino. -----

PO Presidente da Câmara Municipal

Vicente Manuel Glória Antunes
O Assistente Técnico

Vicente Manuel Glória Antunes